

SIDNEY BITTENCOURT

Prefácio

Francisco Mauro Dias

Apresentação

Ivan Barbosa Rigolin

LICITAÇÃO PASSO A PASSO

(Comentando todos os artigos da Lei nº 8.666/93 totalmente atualizada)

De acordo com o novo CPC - Lei nº 13.105/15, alterada pela Lei nº 13.256/16, com a nova Lei das Estatais - Lei nº 13.303/16, com as alterações impostas pelas leis nºs 13.465/17 e 13.500/17 e os decretos nºs 9.283/18, 9.412/18 e 9.450/18

Levando também em consideração a Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 155/16, que estabelece tratamento diferenciado às pequenas empresas nas licitações públicas

10ª edição revista, ampliada e atualizada

Belo Horizonte

F1 FÓRUM

2019

© Sidney Bittencourt

1995 1ª edição Lumen Juris

1997 2ª edição Lumen Juris

1998 3ª edição Lumen Juris

2002 4ª edição Temas & Ideias

2006 5ª edição Temas & Ideias

© 2010 6ª edição Editora Fórum Ltda.

2014 7ª edição Editora Fórum Ltda.

2016 8ª edição Editora Fórum Ltda.

2017 9ª edição Editora Fórum Ltda.

2019 10ª edição Editora Fórum Ltda.

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Florianio de Azevedo Marques Neto
Alécia Paolucci Nogueira Bicalho	Gustavo Justino de Oliveira
Alexandre Coutinho Pagliarini	Inês Virgínia Prado Soares
André Ramos Tavares	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Carlos Ayres Britto	Juarez Freitas
Carlos Mário da Silva Velloso	Luciano Ferraz
Cármem Lúcia Antunes Rocha	Lúcio Delfino
Cesar Augusto Guimarães Pereira	Marcia Carla Pereira Ribeiro
Clovis Beznos	Márcio Cammarosano
Cristiana Fortini	Marcos Ehrhardt Jr.
Dinorá Adelaide Musetti Grotti	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
Diogo de Figueiredo Moreira Neto	Ney José de Freitas
Egon Bockmann Moreira	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Emerson Gabardo	Paulo Modesto
Fabrizio Motta	Romeu Felipe Bacellar Filho
Fernando Rossi	Sérgio Guerra
Flávio Henrique Unes Pereira	Walber de Moura Agra



Luís Cláudio Rodrigues Ferreira
Presidente e Editor

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo

Av. Afonso Pena, 2770 – 15º andar – Savassi – CEP 30130-012
Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 2121.4900 / 2121.4949
www.editoraforum.com.br – editoraforum@editoraforum.com.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com a AACR2

B624l Bittencourt, Sidney

Licitação passo a passo: comentando todos os artigos da Lei nº 8.666/93 totalmente atualizada / Sidney Bittencourt. 10. ed. – Belo Horizonte : Fórum, 2019.

875p.; 17cm x 24cm
ISBN: 978-85-450-0572-8

1. Direito Administrativo. 2. Administração Pública.
3. Contratos Administrativos. 4. Obras Públicas. I. Título.

CDD 341.3
CDU 342.9

Elaborado por Daniela Lopes Duarte - CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

BITTENCOURT, Sidney. *Licitação passo a passo: comentando todos os artigos da Lei nº 8.666/93 totalmente atualizada*. Belo Horizonte: Fórum, 2019. 875p. ISBN 978-85-450-0572-8.

SUMÁRIO

PREFÁCIO

Francisco Mauro Dias	45
-----------------------------------	----

APRESENTAÇÃO

Ivan Barbosa Rigolin	49
-----------------------------------	----

NOTA À 10ª EDIÇÃO

Sidney Bittencourt	51
---------------------------------	----

Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993

(DOU, 22 jun. 1993, rep. 06.07.1994)

<i>Ementa</i>	53
1 Competência legislativa	53
2 O termo “licitação”	56
2.1 Evolução histórica	56
3 Os contratos da Administração	58
Artigo 1º	59
1 Natureza jurídica da licitação e do contrato administrativo	59
2 As normas gerais.....	59
3 A licitação e o contrato administrativo	61
4 O elenco de negócios jurídicos.....	61
5 Regras extensíveis aos três Poderes.....	62
<i>Parágrafo único</i>	62
6 Subordinação ao regime da Lei nº 8.666/93.....	62
6.1 As empresas públicas que exploram atividades econômicas	62
6.2 As entidades sob controle da pessoa pública.....	64
6.3 Os fundos especiais	65
6.4 Os consórcios públicos	65
6.5 As Organizações Sociais (OS), as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) e os Serviços Sociais Autônomos (SSA) – O Terceiro Setor	66
Artigo 2º	68
1 A concessão e a permissão	68
1.1 A nova forma de concessão – A Parceria Público-Privada (PPP)	69
2 A licitação de serviços de publicidade	69
3 A contratação de terceiros	71

<i>Parágrafo único</i>	71
4 O contrato para os fins do Estatuto	71
Artigo 3º	73
1 Os objetivos da licitação	75
1.1 O desenvolvimento sustentável	76
1.1.1 As licitações sustentáveis	76
2 Os princípios licitatórios	80
2.1 A questão da proposta mais vantajosa.....	80
2.2 O elenco de princípios licitatórios	81
2.2.1 Princípio da legalidade	82
2.2.2 Princípio da impessoalidade.....	82
2.2.3 Princípio da moralidade.....	82
2.2.4 Princípio da igualdade	82
2.2.5 Princípio da publicidade	83
2.2.6 Princípio da probidade administrativa.....	83
2.2.7 Princípio da vinculação ao instrumento convocatório	84
2.2.8 Princípio do julgamento objetivo.....	84
2.3 Princípios correlatos	84
2.3.1 Princípio da competitividade	84
2.3.2 Princípio do sigilo na apresentação das propostas	85
2.3.3 Princípio do procedimento formal	85
2.3.4 Princípio da adjudicação compulsória ao vencedor da licitação	85
2.3.5 Princípio da padronização	85
2.4 Princípios implícitos	86
2.4.1 Princípio da eficiência.....	86
2.4.2 Princípio da razoabilidade/proporcionalidade.....	86
2.5 Princípios advindos da criação da modalidade licitatória pregão.....	87
2.5.1 Princípio da celeridade	87
2.5.2 Princípio da finalidade	87
2.5.3 Princípio do justo preço	87
2.5.4 Princípio da seletividade	87
2.5.5 Princípio da comparação objetiva das propostas	88
<i>Parágrafo 1º</i>	88
3 Vedação a cláusulas discriminatórias	88
<i>Inciso I</i>	88
3.1 Prejuízo à competitividade	88
3.1.1 O uso da licitação para alavancagem do desenvolvimento nacional.....	88
<i>Inciso II</i>	91
3.2 Vedação ao tratamento diferenciado entre empresas brasileiras e estrangeiras.....	91
3.2.1 Exceções nas licitações envolvendo capacitação e competitividade do setor de informática e automação.....	92

<i>Parágrafo 2º</i>	93
4 Critério de desempate nas licitações	93
4.1 Esmiuçamento da ordem sucessiva de desempate	94
<i>Parágrafo 3º</i>	95
5 A publicidade da licitação	95
5.1 Reafirmação do procedimento licitatório.....	95
5.2 A questão da Lei do Processo Administrativo	96
5.3 A questão do regime especial de contratações na área de defesa	96
<i>Parágrafos 5º e 6º</i>	96
6 As margens de preferência	96
6.1 As margens de preferências normais e suas bases.....	99
<i>Parágrafo 7º</i>	100
7 Margem de preferência adicional	100
<i>Parágrafo 8º</i>	101
8 Limites para as margens de preferência	101
<i>Parágrafo 9º</i>	101
9 Exclusão da aplicação das preferências.....	101
<i>Parágrafo 10</i>	102
10 A extensão da margem de preferência a bens e serviços originados do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL).....	102
<i>Parágrafo 11</i>	103
11 Medidas de compensação comercial, industrial, tecnológica ou acesso a condições vantajosas de financiamento	103
<i>Parágrafo 12</i>	104
12 Contratações estratégicas em Tecnologia de Informação e Comunicação	104
13 A Regulamentação dos §§5º a 12 do art. 3º (Decreto nº 7.546/2011).....	105
<i>Parágrafo 13</i>	106
14 A divulgação na Internet	106
<i>Parágrafo 14</i>	107
15 Privilégio ao tratamento diferenciado às pequenas empresas.....	107
<i>Parágrafo 15</i>	107
16 Prevalência das preferências deste artigo 3º.....	107
17 Conclusões.....	107
Artigo 4º	109
1 Participação popular.....	109
2 Direito público subjetivo	109
<i>Parágrafo único</i>	110
3 Procedimento administrativo formal.....	110

Artigo 5º	112
1 Adoção da moeda nacional nos contratos	112
2 Ordem cronológica dos pagamentos	112
<i>Parágrafo 1º</i>	113
3 A obrigatória correção dos créditos	113
<i>Parágrafo 2º</i>	114
4 A correção monetária	114
<i>Parágrafo 3º</i>	114
5 Pagamento de despesa de baixo valor	114
Artigo 5º-A	117
1 Reafirmação do privilégio ao tratamento diferenciado oferecido às pequenas empresas	117
1.1 As preferências do regime da LC nº 123/2006	118
Artigo 6º	119
1 Definições para os fins da Lei	121
2 Obra e serviço	122
3 Compra	122
4 Alienação	123
5 Obras, serviços e compras de grande vulto	123
6 Seguro-garantia	124
7 Empreitada	124
7.1 Empreitadas por preço unitário e por preço global	126
7.2 Empreitada integral	127
7.3 Tarefa	128
8 Projeto básico	128
9 Projeto executivo	130
10 Administração Pública e Administração	130
11 Produtos manufaturados nacionais e serviços nacionais	131
12 Sistemas de tecnologia de informação e comunicação estratégicos	131
13 Produtos para pesquisa e desenvolvimento	132
Artigo 7º e parágrafos 1º, 2º e 3º	134
1 Sequência a ser observada nas licitações para obras e serviços	135
2 A aprovação da autoridade competente	136
3 Condicionantes documentais a serem apreciados e aprovados pela autoridade competente	136
3.1 O orçamento detalhado em planilhas	137
3.1.1 A questão do BDI (Benefícios ou Bonificações e Despesas Indiretas)	137
3.2 A questão da previsão de recursos orçamentários	140
<i>Parágrafo 4º</i>	140
4 Vedação de inclusão de fornecimento sem previsão de quantidades	140
<i>Parágrafo 5º</i>	141
5 Vedações de bens e serviços sem similaridade ou de marcas	141

<i>Parágrafo 6º</i>	142
6 Consequências pelo descumprimento às vedações	142
<i>Parágrafo 7º</i>	142
7 Acréscimos compensatórios em função da inflação	142
<i>Parágrafo 8º</i>	142
8 Acesso do cidadão às informações	142
<i>Parágrafo 9º</i>	142
9 Cumprimento dos requisitos também nos afastamentos licitatórios	142
Artigo 8º	144
1 A programação da execução integral	144
<i>Parágrafo único</i>	144
2 A programação parcial excepcional	144
3 Fracionamento e parcelamento	144
Artigo 9º e Incisos I, II e III	147
1 Impedimentos de participação em licitações.....	147
1.1 Vedação de o autor do projeto básico ou executivo participar da licitação	147
1.2 Outros impedimentos.....	148
1.2.1 A participação de parentes de servidor.....	149
<i>Parágrafo 1º</i>	149
2 A participação do autor do projeto nas funções de fiscalização, supervisão ou gerenciamento.....	149
<i>Parágrafo 2º</i>	150
3 A elaboração de projeto executivo como encargo do contratado	150
<i>Parágrafos 3º e 4º</i>	150
4 A participação indireta para fins de vedação de participação em licitação	150
4.1 A vedação aos membros da comissão de licitação	150
Artigo 10	152
1 A realização de obras ou serviços por execução direta	152
1.1 Diferenciação entre “contratação direta” e “execução direta”.....	152
2 A execução de obras ou serviços por execução indireta	152
3 A questão dos pagamentos parciais na empreitada por preço global	154
4 A “administração contratada” vetada por ato presidencial.....	155
Artigo 11	157
1 Obras e serviços com projetos padronizados	157
Artigo 12	159
1 O elenco de requisitos para o projeto básico ou executivo	159
2 O Estudo do Impacto Ambiental (EIA)	159
2.1 O licenciamento ambiental para as Parcerias Público-Privadas (PPPs).....	160

Artigo 13	162
1 Serviços técnicos profissionais especializados	162
1.1 A questão da contratação de advogados ou escritórios de advocacia	163
1.2 A questão da contratação de serviço de restauração de obras de arte	165
<i>Parágrafo 1º</i>	166
2 Contratos para a prestação de serviços técnicos profissionais especializados	166
<i>Parágrafo 2º</i>	166
3 Cessão dos direitos patrimoniais	166
<i>Parágrafo 3º</i>	167
4 A garantia da realização dos serviços pelos profissionais integrantes da empresa	167
Artigo 14	168
1 A caracterização objeto da compra e a indicação dos recursos orçamentários	168
2 A observação da Lei de Responsabilidade Fiscal	168
Artigo 15	171
1 Requisitos para as compras	172
1.1 Princípio da padronização	172
1.2 O processamento das compras através do Sistema de Registro de Preços (SRP)	173
1.3 Submissão das compras às condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado	174
1.4 Subdivisão em parcelas para aproveitamento das peculiaridades do mercado	174
1.5 Balizamento pelos preços praticados pela Administração Pública	176
2 O alcance do dispositivo	177
<i>Parágrafo 1º</i>	177
3 A ampla pesquisa de mercado	177
<i>Parágrafo 2º</i>	177
4 A publicação trimestral dos preços registrados	177
<i>Parágrafo 3º</i>	179
5 A regulamentação federal do Sistema de Registro de Preços (SRP) – O Decreto federal nº 7.892/2013 (alterado pelo Decreto nº 8.250/2014)	179
5.1 A possibilidade do uso do SRP na contratação de serviços	179
5.2 Atendimento às peculiaridades regionais	181
5.3 A competição através de concorrência ou de pregão	181
5.4 Estipulação prévia do sistema de controle e atualização dos preços registrados	182
5.5 Validade do registro de preços não superior a um ano	184
6 O uso da Ata de Registro de Preços por outro ente da Administração não participante da licitação (o “carona”)	186
<i>Parágrafo 4º</i>	190
7 A não obrigação de a Administração celebrar as contratações	190

<i>Parágrafo 5º</i>	190
8 A informatização do sistema de controle.....	190
<i>Parágrafo 6º</i>	190
9 A impugnação por parte do cidadão.....	190
<i>Parágrafo 7º</i>	191
10 Outros aspectos a serem observados nas compras	191
<i>Parágrafo 8º</i>	191
11 Recebimento de material de valor superior ao limite estabelecido para o convite.....	191
Artigo 16	192
1 Publicação mensal da relação de compras	192
2 Aglutinação de informações	193
3 Não aplicação na dispensa prevista no inc. IX do art. 24 (segurança nacional).....	193
Artigo 17	194
1 A alienação	197
1.1 A alienação de bens da Administração Pública	197
2 Bens públicos.....	197
2.1 A alienação de bens públicos	198
<i>Inciso I</i>	198
3 Alienação de bens imóveis.....	198
3.1 Dispensa para alienação de imóveis através de dação em pagamento.....	200
3.2 Dispensa para alienação de imóveis através de doação	200
3.3 A dispensa licitatória através da permuta de bens imóveis	201
3.4 Dispensa para alienação de imóveis através de investidura	203
3.5 Dispensa para alienação de imóveis através de venda a outro órgão ou entidade da Administração Pública	205
3.6 Dispensa para alienação de imóveis através de diversos institutos, no âmbito de programas habitacionais ou de regularização fundiária	206
3.7 Dispensa licitatória para alienação de imóveis por intermédio de procedimentos de legitimação de posse	210
3.8 A dispensa licitatória para a alienação de bens imóveis de uso comercial	211
3.9 Dispensa licitatória na alienação e concessão de direito real de uso de terras públicas rurais da União e do Incra.....	212
<i>Inciso II</i>	212
4 Alienação de bens móveis	212
4.1 Doação	213
4.2 Permuta	214
4.3 Venda de ações	215
4.4 Venda de títulos	215
4.5 Venda de bens produzidos ou comercializados pela Administração Pública	216
4.6 Venda de materiais sem utilização previsível para outros órgãos ou entidades da Administração.....	216

<i>Parágrafo 1º</i>	217
5 Reversão ao patrimônio da pessoa jurídica doadora	217
<i>Parágrafo 2º</i>	217
6 Dispensa de licitação na concessão de título de propriedade ou de direito real de uso	217
<i>Parágrafos 2º-A e 2º-B</i>	218
7 Outras dispensas inseridas no Estatuto.....	218
<i>Parágrafo 3º</i>	220
8 Investidura	220
<i>Parágrafos 4º e 5º</i>	221
9 Licitação da doação com encargo	221
<i>Parágrafo 6º</i>	221
10 A adoção do leilão para a venda de móvel público	221
Artigo 18	222
1 A habilitação na concorrência de bem imóvel.....	222
2 Alteração no âmbito da União	222
Artigo 19	223
1 A alienação de bens imóveis derivados de procedimentos judiciais ou dação em pagamento.....	223
1.1 Adoção de concorrência ou leilão.....	223
Artigo 20	224
1 O local de realização da licitação.....	224
<i>Parágrafo único</i>	224
2 Realização da licitação em local diverso	224
Artigo 21	225
1 A divulgação dos editais licitatórios	226
1.1 Publicação dos avisos de concorrência, tomada de preços, concurso e leilão.....	226
2 Publicação do convite	227
<i>Parágrafo 1º</i>	228
3 O conteúdo do aviso	228
<i>Parágrafo 2º</i>	231
4 O prazo mínimo de divulgação	231
<i>Parágrafo 3º</i>	232
5 A contagem do prazo.....	232
<i>Parágrafo 4º</i>	232
6 Modificações no edital.....	232
Artigo 22	233
1 A escolha da modalidade de licitação	234

2	As modalidades licitatórias.....	234
2.1	A habilitação como fator de distinção.....	235
	<i>Parágrafo 1º</i>	235
2.1.1	A concorrência	235
	<i>Parágrafo 2º</i>	235
2.1.2	A tomada de preços	235
	<i>Parágrafo 3º</i>	240
2.1.3	O convite.....	240
2.1.4	A habilitação no convite	241
2.1.5	A existência ou não de edital no convite.....	242
	<i>Parágrafo 6º</i>	243
2.1.6	A questão da inexistência de três possíveis interessados no convite	243
	<i>Parágrafo 7º</i>	244
2.1.7	A questão da impossibilidade da obtenção de três interessados em face de limitações de mercado ou manifesto desinteresse	244
2.1.7.1	A limitação de mercado.....	244
2.1.7.2	O manifesto desinteresse	244
2.1.7.3	O entendimento das Cortes de Contas	244
	<i>Parágrafo 4º</i>	245
3	O concurso.....	245
	<i>Parágrafo 5º</i>	245
4	O leilão.....	245
	<i>Parágrafo 8º</i>	246
5	Vedação de criação de nova modalidade licitatória	246
	<i>Parágrafo 9º</i>	247
6	Documentação para o cadastramento	247
	Artigo 23 e incisos I e II	248
1	Fixação das modalidades licitatórias.....	249
1.1	A questão do alcance dos novos valores-limites	251
	<i>Parágrafos 1º e 2º</i>	252
2	O parcelamento da licitação.....	252
	<i>Parágrafo 3º</i>	254
3	A adoção da concorrência	254
3.1	O certame internacional	254
	<i>Parágrafo 4º</i>	256
4	Substituição por modalidade de licitação mais complexa	256

<i>Parágrafo 5º</i>	256
5 Vedação para parcelas de uma mesma obra ou serviço ou para obras e serviços da mesma natureza.....	256
<i>Parágrafo 6º</i>	257
6 Contratos celebrados por organizações industriais	257
<i>Parágrafo 7º</i>	257
7 Compra de bens de natureza divisível.....	257
7.1 A economia de escala.....	259
7.2 Impugnação quanto à quantidade mínima estabelecida pela Administração	260
7.3 A questão dos preços diferenciados	261
<i>Parágrafo 8º</i>	261
8 Licitações realizadas por consórcios públicos	261
Artigo 24	263
1 A possibilidade de contratação sem licitação	267
2 Hipóteses de contratação direta.....	269
3 Casos de licitação dispensável.....	269
<i>Incisos I e II</i>	270
3.1 Obras, serviços de engenharia, outros serviços e compras de pequeno valor	270
3.1.1 Possibilidade de alterações dos valores de dispensa pelos entes federativos	271
3.1.2 A questão da definição do valor estimado da contratação	271
3.1.3 A questão quando o contrato envolver serviço continuado	272
3.1.4 As ressalvas para o enquadramento.....	278
3.1.4.1 As ressalvas para as licitações dispensáveis no caso de obras e serviços de engenharia	278
3.1.4.2 As ressalvas para as licitações dispensáveis no caso de outros serviços e compras e alienações	281
<i>Inciso III</i>	282
3.2 Guerra ou grave perturbação da ordem.....	282
3.2.1 Guerra	282
3.2.2 Grave perturbação da ordem	283
<i>Inciso IV</i>	284
3.3 Emergência ou calamidade pública.....	284
3.3.1 Limites à contratação emergencial ou no caso de calamidade pública	285
3.3.2 A questão da emergência por negligência	286
<i>Inciso V</i>	287
3.4 Não comparecimento de interessados.....	287
3.4.1 A questão da “licitação fracassada”	288
3.4.2 A questão do convite	289
<i>Inciso VI</i>	289
3.5 Intervenção no domínio econômico	289

<i>Inciso VII</i>	290
3.6 Propostas com preço superior ao do mercado.....	290
<i>Inciso VIII</i>	292
3.7 Contratação entre pessoas jurídicas de direito público	292
3.7.1 Os destinatários da regra	292
3.7.2 A aplicação da regra	292
3.7.3 A questão do marco de contagem.....	293
<i>Inciso IX</i>	293
3.8 Possível comprometimento da segurança nacional	293
3.8.1 O conceito de segurança nacional	293
3.8.2 A dispensa em face da segurança nacional	294
3.8.3 O decreto regulamentar	295
<i>Inciso X</i>	296
3.9 Compra ou locação de imóvel	296
<i>Inciso XI</i>	298
3.10 Contratação de remanescente de obra, serviço ou fornecimento.....	298
<i>Inciso XII</i>	299
3.11 Compras de perecíveis.....	299
3.11.1 O gênero perecível	300
3.11.2 O preço do dia	300
<i>Inciso XIII</i>	300
3.12 Contratação de instituição sem fins lucrativos	300
<i>Inciso XIV</i>	302
3.13 Aquisição nos termos de acordo internacional.....	302
<i>Inciso XV</i>	306
3.14 Aquisição ou restauração de obras de arte	306
<i>Inciso XVI</i>	308
3.15 Contratação de objetos especiais com instituições integrantes da Administração	308
<i>Inciso XVII</i>	309
3.16 Aquisição de acessórios durante o período de garantia	309
<i>Inciso XVIII</i>	310
3.17 Compras ou contratações para abastecimentos militares em estado de operação.....	310
3.17.1 O alcance da regra	311
<i>Inciso XIX</i>	312
3.18 Para manutenção da padronização de materiais de uso militar	312
<i>Inciso XX</i>	313
3.19 Contratação de serviços de associações de portadores de deficiência física	313

<i>Inciso XXI</i>	314
3.20 Contratação de bens para pesquisa científica	314
<i>Inciso XXII</i>	316
3.21 Fornecimento de energia elétrica e gás por concessionário.....	316
<i>Inciso XXIII</i>	317
3.22 Contratação de subsidiárias ou controladas	317
<i>Inciso XXIV</i>	318
3.23 Contratos com organizações sociais.....	318
3.23.1 O novo Marco Regulatório do Terceiro Setor (Lei nº 13.019/2014).....	320
3.23.2 A questão da confusão entre as Organizações Sociais e as Fundações de Apoio.....	321
3.24 A questão dos acordos celebrados com Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs)	321
<i>Inciso XXV</i>	323
3.25 Transferência de tecnologia	323
<i>Inciso XXVI</i>	324
3.26 Celebração de contrato de programa.....	324
<i>Inciso XXVII</i>	325
3.27 Contratação da coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis	325
<i>Inciso XXVIII</i>	327
3.28 Bens ou serviços de alta tecnologia e defesa nacional	327
<i>Inciso XXIX</i>	329
3.29 Atendimento de militares em operações de paz no exterior	329
<i>Inciso XXX</i>	330
3.30 Prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural	330
<i>Inciso XXXI</i>	332
3.31 Contratações visando ao cumprimento do disposto nos arts. 3º, 4º, 5º e 20 da Lei nº 10.973/2004.....	332
<i>Inciso XXXII</i>	338
3.32 Contratação em que houver transferência de tecnologia de produtos estratégicos para o Sistema Único de Saúde (SUS).....	338
<i>Inciso XXXIII</i>	340
3.33 Contratação de entidades privadas sem fins lucrativos, para acesso à água para consumo humano e produção de alimentos.....	340
<i>Inc. XXXIV</i>	341
3.34 Aquisição de insumos estratégicos para a saúde produzidos ou distribuídos por fundação de apoio.....	341

<i>Inc. XXXIV</i>	342
3.35 Construção, ampliação, reforma e aprimoramento de estabelecimentos penais	342
<i>Parágrafo 1º</i>	344
4 Valores de dispensas diferenciados para algumas pessoas jurídicas	344
4.1 Consórcios públicos	345
4.2 Agência executiva	345
<i>Parágrafo 2º</i>	346
5 Órgãos ou entidades que produzem produtos estratégicos para o SUS	346
<i>Parágrafos 3º e 4º</i>	346
6 Regras específicas nos casos de dispensa nas contratações de produto para pesquisa e desenvolvimento preconizadas no inc. XXI	346
Artigo 25	351
1 Inviabilidade de competição	351
1.1 A questão da competição inútil	352
1.2 A questão do credenciamento	353
<i>Inciso I</i>	355
2 Fornecedor exclusivo	355
2.1 Compras (não sendo permitida a adoção para serviços ou obras)	356
2.2 Impossibilidade de indicação de marca	357
2.3 Exclusividade do fornecedor	358
2.4 Requisitos para o enquadramento da inexigibilidade licitatória por exclusividade	359
<i>Inciso II e parágrafo 1º</i>	360
3 Notória especialização	360
3.1 A natureza singular dos serviços	360
3.2 A identificação da notória especialização	361
3.3 A necessidade de "confiança" no profissional	362
3.4 A inscrição de servidores em cursos de treinamento	363
<i>Inciso III</i>	364
4 Profissional de qualquer setor artístico	364
<i>Parágrafo 2º</i>	365
5 Responsabilização solidária por dano causado à Fazenda Pública	365
Artigo 26	367
1 A dupla avaliação no controle dos afastamentos licitatórios	367
2 A ratificação da autoridade superior	367
<i>Parágrafo único</i>	368
3 Instrução do processo de afastamento licitatório ou de retardamento	368
3.1 A demonstração de compatibilidade do preço com o praticado no mercado	369
3.2 Justificativa da escolha do fornecedor ou executante	370

3.3	Demonstração da emergência e da documentação de aprovação dos projetos de pesquisa	371
4	A publicação do contrato oriundo de afastamento licitatório	372
5	A questão da adoção da natureza do objeto ou do subelemento de despesa	372
Artigo 27	378
1	A fase de habilitação	378
1.1	A habilitação na modalidade convite	378
2	Documentação exigida para a habilitação	379
3	A habilitação prévia (o cadastramento)	379
4	A questão do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da CF	379
5	A questão de verificação no CADIN (Cadastro Informativo dos créditos não quitados do setor público federal)	381
Artigo 28	385
1	A habilitação jurídica	385
1.1	A habilitação das cooperativas	386
1.1.1	A ideia de equalização dos preços propostos por cooperativas	387
1.1.2	O acordo celebrado entre o MPT e a AGU limitando a participação de cooperativas em licitações	390
Artigo 29	395
1	A regularidade quanto às obrigações fiscais e trabalhistas	395
1.1	A questão da regularidade ou quitação	395
1.2	A constitucionalidade da exigência	397
2	A comprovação de regularidade fiscal pelas pequenas empresas	397
<i>Inciso I</i>	399
3	A prova de inscrição no CPF ou no CGC (CNPJ)	399
<i>Inciso II</i>	400
4	Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal	400
<i>Inciso III</i>	400
5	Prova de regularidade para com a Fazenda federal, estadual e municipal	400
5.1	A questão do domicílio ou sede do licitante	401
5.2	A certidão negativa de dívida ativa	402
<i>Inciso IV</i>	403
6	Regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)	403
<i>Inciso V</i>	404
7	Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho	404
7.1	Hipóteses de exigência da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)	407
8	A questão da retenção de pagamentos dos contratados pela Administração em função de irregularidade fiscal	408

Artigo 30	412
1 As peculiaridades inerentes à qualificação técnica	413
2 Requisitos para a demonstração da capacidade técnica	414
<i>Inciso I</i>	414
3 Registro na entidade profissional	414
<i>Inciso II</i>	415
4 Comprovação de aptidão	415
4.1 A capacitação técnico-profissional	415
5 A capacitação técnico-operacional	416
<i>Inciso III</i>	422
6 Comprovação de recebimento dos documentos	422
7 A exigência de certificações de qualidade	422
<i>Parágrafo 1º e inc. I</i>	425
8 Comprovação de aptidão para obras e serviços	425
8.1 A questão de o profissional fazer parte do quadro permanente do licitante	425
<i>Parágrafo 2º</i>	427
9 Parcelas de maior relevância	427
<i>Parágrafo 3º</i>	428
10 Certidões ou atestados de obras ou serviços similares	428
<i>Parágrafo 4º</i>	429
11 Comprovação de aptidão nos fornecimentos de bens	429
<i>Parágrafo 5º</i>	429
12 Vedações na exigência de comprovação de atividade ou de aptidão	429
<i>Parágrafo 6º</i>	429
13 Exigências mínimas para instalações de canteiros, máquinas, equipamentos e pessoal técnico especializado	429
<i>Parágrafo 8º</i>	430
14 Exigência da metodologia de execução	430
<i>Parágrafo 9º</i>	432
15 Alta complexidade técnica	432
<i>Parágrafo 10</i>	433
16 A participação obrigatória dos profissionais indicados para comprovação de capacidade técnico-profissional	433
Artigo 31	434
1 A qualificação econômico-financeira	435
<i>Inciso I</i>	435
1.1 Balanço patrimonial e demonstrações contábeis	435

<i>Inciso II</i>	438
1.2 Falência, concordata e recuperação judicial	438
1.2.1 Hipóteses excepcionais.....	439
1.2.1.1 Pedido de falência postulado por terceiro	439
1.2.1.2 Efeitos do ajuizamento de ação de execução contra o patrimônio	440
1.2.1.3 A recuperação judicial antes do ato de adjudicação.....	440
<i>Inciso III</i>	441
1.3 Garantia para participação na licitação.....	441
<i>Parágrafo 1º</i>	443
2 A limitação da exigência de índices contábeis.....	443
<i>Parágrafos 2º e 3º</i>	443
3 Capital mínimo nas compras para entrega futura e nas obras e serviços	443
<i>Parágrafo 4º</i>	444
4 Relação dos compromissos assumidos pelo licitante	444
<i>Parágrafo 5º</i>	444
5 Comprovação de situação financeira através do cálculo de índices contábeis	444
Artigo 32	446
1 Apresentação dos documentos de habilitação.....	447
1.1 As certidões via Internet	447
<i>Parágrafo 1º</i>	448
2 Dispensa de documentação	448
<i>Parágrafos 2º e 3º</i>	448
3 A substituição da documentação pelo certificado de registro cadastral	448
<i>Parágrafos 4º e 6º</i>	452
4 As licitações internacionais.....	452
4.1 A documentação das empresas estrangeiras.....	452
4.1.1 Autenticação por consulados e tradução por servidor juramentado	454
4.1.2 A representação legal no Brasil.....	457
4.2 Exceções nas licitações	458
<i>Parágrafo 5º</i>	461
5 Inexistência de prévio recolhimento de taxas	461
<i>Parágrafo 7º</i>	461
6 Dispensa de documentação para a contratação de produto para pesquisa e desenvolvimento.....	461
Artigo 33	463
1 Participação de empresas em consórcio na licitação	463
<i>Inciso I e parágrafo 2º</i>	466
2 Comprovação do compromisso de constituição de consórcio.....	466

<i>Inciso II e parágrafo 1º</i>	467
3 A questão da empresa responsável pelo consórcio	467
<i>Inciso III</i>	468
4 A apresentação dos documentos do consórcio.....	468
<i>Inciso IV</i>	468
5 Vedação de consorciada participar da licitação através de mais de um consórcio ou isoladamente	468
<i>Inciso V</i>	470
6 Responsabilidade solidária pelos atos praticados em consórcio.....	470
Artigo 34	474
1 Registro cadastral	474
1.1 Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF).....	475
1.2 A exigência de cadastramento no SICAF para fins de pagamento	475
1.3 Impeditivas indiretas: uma nova funcionalidade no SICAF	476
<i>Parágrafo 1º</i>	478
2 Ampla divulgação do registro cadastral.....	478
<i>Parágrafo 2º</i>	478
3 Utilização de registros cadastrais de outros órgãos.....	478
Artigo 35	479
1 Fornecimento dos elementos necessários para o cadastramento.....	479
Artigo 36	480
1 Cadastramento por categorias	480
<i>Parágrafo 1º</i>	480
2 Fornecimento de certificado de registro cadastral	480
<i>Parágrafo 2º</i>	480
3 Anotações cadastrais	480
Artigo 37	482
1 Modificações no cadastro	482
Artigo 38	483
1 O início do procedimento licitatório	483
1.1 As fases (etapas) do procedimento licitatório	484
1.1.1 A fase (etapa) interna do procedimento licitatório	484
1.1.1.1 A requisição do interessado	484
1.1.1.2 A estimativa de valor	485
1.1.1.3 A autorização da despesa	485
1.1.1.4 A elaboração do instrumento convocatório e seus anexos	485
1.1.1.5 Divulgação (publicidade)	485
1.1.2 A fase (etapa) externa da licitação	486
1.2 Críticas ao dispositivo	486

<i>Parágrafo único</i>	486
1.3 Aprovação jurídica do edital licitatório.....	486
1.3.1 A responsabilização solidária do aprovador jurídico	490
Artigo 39	491
1 Audiência pública	491
<i>Parágrafo único</i>	492
1.1 As licitações simultâneas e sucessivas	492
Artigo 40	494
1 O edital licitatório	496
1.1 A estrutura do edital	497
1.1.1 O preâmbulo do edital.....	498
1.1.2 O texto do edital.....	498
1.1.3 O fecho do edital.....	512
<i>Parágrafo 1º</i>	513
2 Outras regras para o edital.....	513
2.1 A expedição do edital.....	513
<i>Parágrafo 2º</i>	513
3 Anexos do edital	513
<i>Parágrafo 3º</i>	514
4 Adimplemento da obrigação contratual	514
<i>Parágrafo 4º</i>	514
5 Compras para entrega imediata.....	514
<i>Parágrafo 5º</i>	515
6 Possibilidade de exigir percentual mínimo de mão de obra oriunda ou egressa do sistema prisional	515
Artigo 41	519
1 Condição vinculativa do edital.....	519
<i>Parágrafos 1º e 2º</i>	520
2 Impugnação ao edital de licitação	520
<i>Parágrafo 3º</i>	522
3 Efeitos da impugnação tempestiva.....	522
<i>Parágrafo 4º</i>	523
4 A preclusão do direito de participar das fases posteriores	523
Artigo 42	524
1 A licitação internacional.....	524
1.1 Do conceito	525

1.2	O momento de adoção da licitação internacional.....	526
2	O ajustamento às diretrizes da política monetária e do comércio exterior	528
<i>Parágrafo 1º</i>		530
2.1	A proposta em moeda estrangeira	530
<i>Parágrafo 2º</i>		532
2.2	Conversão do pagamento para moeda nacional.....	532
<i>Parágrafo 3º</i>		533
3	Equivalência nas garantias entre licitantes brasileiros e estrangeiros	533
<i>Parágrafo 4º</i>		533
4	Acréscimo ao valor proposto pelo estrangeiro dos encargos tributários que onerariam os brasileiros	533
<i>Parágrafo 5º</i>		537
5	Licitações com recursos estrangeiros	537
<i>Parágrafo 6º</i>		538
6	Entrega das propostas no mesmo local de destino	538
Artigo 43		541
1	A fase externa da licitação.....	542
1.1	Alterações no rito procedimental em face da LC nº 123/06, com as mudanças impostas pela LC nº 147/2014	542
<i>Incisos I a VI e parágrafos 1º e 2º</i>		543
2	Roteiro de atos da fase externa da licitação	543
2.1	Recebimento dos envelopes	543
2.2	Direito de manifestação dos participantes.....	545
2.3	Abertura dos envelopes de habilitação	545
2.4	Análise e julgamento da documentação	545
2.5	Divulgação da decisão sobre a habilitação	545
2.6	Interposições de recursos contra a decisão sobre a habilitação	546
2.7	Devolução de envelopes-propostas aos inabilitados.....	546
2.8	Abertura dos envelopes-propostas.....	546
2.9	Julgamento e classificação das propostas.....	547
2.10	Divulgação da decisão referente ao julgamento e classificação das propostas.....	547
2.11	Recursos contra a decisão referente ao julgamento e classificação das propostas	547
2.12	Limite das atribuições da comissão de licitação.....	547
2.13	Homologação e adjudicação do resultado.....	547
<i>Parágrafo 3º</i>		549
3	A promoção de diligências.....	549
<i>Parágrafo 4º</i>		550
4	Aplicação em outras modalidades	550

<i>Parágrafo 5º</i>	550
5 Desclassificação por motivo relacionado com a habilitação se ultrapassada a fase	550
<i>Parágrafo 6º</i>	550
6 Desistência da proposta após a fase de habilitação.....	550
Artigo 44	551
1 Julgamento objetivo das propostas com critérios predefinidos	551
<i>Parágrafos 1º, 2º e 3º</i>	552
2 Vedações expressas referentes às propostas.....	552
<i>Parágrafo 4º</i>	553
3 Propostas que incluam mão de obra estrangeira ou importações	553
Artigo 45	554
1 Julgamento objetivo das propostas	555
<i>Parágrafo 1º</i>	555
2 Tipos de licitação (critérios).....	555
2.1 Conceituação dos tipos licitatórios.....	555
2.2 A não indicação do tipo licitatório no instrumento convocatório.....	557
<i>Parágrafo 2º</i>	557
3 Empate entre duas ou mais propostas – o sorteio.....	557
<i>Parágrafo 3º</i>	557
4 Classificação na ordem crescente dos preços propostos.....	557
<i>Parágrafo 4º</i>	558
5 Contratação de bens e serviços de informática	558
5.1 O exercício do direito de preferência na contratação de bens e serviços de informática e automação no âmbito federal	560
<i>Parágrafo 5º</i>	563
6 Rol exaustivo de tipos de licitação.....	563
<i>Parágrafo 6º</i>	563
7 Contratações parciais.....	563
Artigo 46 e parágrafo 3º	565
1 Cabimento da adoção de licitações de técnica.....	566
<i>Parágrafo 1º</i>	566
2 Procedimentos na licitação do tipo melhor técnica.....	566
<i>Parágrafo 2º</i>	568
3 Procedimentos na licitação do tipo técnica e preço.....	568
3.1 A adoção de dois envelopes nas licitações do tipo técnica e preço	568
Artigo 47	571
1 Regra quando da adoção da empreitada por preço global	571

Artigo 48	572
1 Desclassificação das propostas	572
<i>Parágrafo 1º</i>	574
2 Preços inexequíveis nas licitações de menor preço para obras e serviços de engenharia.....	574
<i>Parágrafo 2º</i>	577
3 Garantia adicional.....	577
<i>Parágrafo 3º</i>	578
4 Inabilitação de todos os licitantes ou desclassificação de todas as propostas	578
4.1 A contagem do prazo.....	580
Artigo 49	581
1 Revogação e anulação de ato administrativo.....	581
2 A revogação da licitação em função de razões de interesse público decorrente de fato superveniente.....	581
3 A anulação da licitação.....	582
<i>Parágrafo 1º</i>	583
4 A não obrigação de indenizar	583
<i>Parágrafo 2º</i>	583
5 Consequências em face da nulidade da licitação.....	583
<i>Parágrafo 3º</i>	584
6 Contraditório e a ampla defesa em função do desfazimento da licitação	584
<i>Parágrafo 4º</i>	586
7 Aplicação aos atos do procedimento de dispensa e de inexigibilidade.....	586
Artigo 50	587
1 Proibição à preterição do vencedor da licitação	587
Artigo 51	588
1 Comissões julgadoras	588
1.1 A questão da nomeação de servidor de cargo em comissão	589
1.2 A questão da nomeação de agente público celetista	590
1.3 Dúvidas sobre as comissões de licitações	591
1.3.1 Comissão de licitações e comissão de cadastramento.....	591
1.3.2 Atuação das comissões de licitações	591
1.3.3 Qualificações específicas dos membros das comissões de licitações.....	591
1.3.4 A questão da nomeação de suplentes	592
<i>Parágrafo 1º</i>	593
2 Substituição da comissão de licitações por servidor.....	593
<i>Parágrafo 2º</i>	593
3 Qualificação da comissão de cadastramento	593

<i>Parágrafo 3º</i>	594
4 Responsabilidade solidária	594
<i>Parágrafo 4º</i>	595
5 Investidura dos membros das comissões.....	595
<i>Parágrafo 5º</i>	596
6 Comissão especial para licitação na modalidade concurso.....	596
Artigo 52	597
1 O regulamento do concurso.....	597
<i>Parágrafo 1º</i>	597
2 Regras do regulamento (edital).....	597
<i>Parágrafo 2º</i>	598
3 Autorização da execução do projeto.....	598
Artigo 53	599
1 Leilão – Realização por leiloeiro oficial ou servidor	599
1.1 A questão da contratação do leiloeiro oficial	600
<i>Parágrafos 1º, 2º e 3º</i>	601
2 Avaliação e pagamentos	601
3 A questão da habilitação nos leilões.....	602
<i>Parágrafo 4º</i>	602
4 Divulgação do leilão	602
Artigo 54	603
1 O contrato	603
1.1 O contrato e o Estado	604
1.2 Contratos da Administração	604
1.3 Subdivisão dos contratos da Administração	605
1.3.1 Contratos privados celebrados pela Administração Pública	605
1.3.2 Contratos administrativos	605
1.3.2.1 Sujeitos do contrato administrativo.....	606
1.3.2.2 Características do contrato administrativo.....	607
1.3.2.3 Regra disciplinadora dos contratos	608
<i>Parágrafo 1º</i>	608
2 As cláusulas contratuais.....	608
2.1 Os “contratos guarda-chuva”	608
<i>Parágrafo 2º</i>	608
3 Contratação direta	608
Artigo 55	610
1 Cláusulas obrigatórias e cláusulas acessórias	611

<i>Inciso I</i>	612
1.1 Objeto do contrato.....	612
<i>Inciso II</i>	612
1.2 Regime de execução ou forma de fornecimento.....	612
<i>Inciso III</i>	613
1.3 Preço do contrato, condições de pagamento e reajustamento	613
1.3.1 O reajustamento de preços.....	613
1.3.2 A repactuação de preços.....	616
1.3.3 A atualização monetária	617
<i>Inciso IV</i>	618
1.4 Prazos contratuais.....	618
1.5 Prazo de início de etapas de execução.....	618
<i>Inciso V</i>	619
1.6 Especificação dos recursos orçamentários.....	619
<i>Inciso VI</i>	619
1.7 Garantias contratuais	619
<i>Inciso VII</i>	620
1.8 Direitos, responsabilidades, penalidades e valores das multas	620
1.8.1 Direitos e responsabilidades.....	620
1.8.2 Penalidades e multas	620
<i>Inciso VIII</i>	620
1.9 Hipóteses de rescisão contratual.....	620
<i>Inciso IX</i>	620
1.10 Direitos da Administração na hipótese de rescisão	620
<i>Inciso X</i>	621
1.11 Importação de bens.....	621
<i>Inciso XI</i>	621
1.12 Vinculação ao edital.....	621
<i>Inciso XII</i>	621
1.13 Legislação aplicável	621
<i>Inciso XIII</i>	621
1.14 Manutenção das condições de habitação	621
2 Cláusulas exorbitantes.....	622
<i>Parágrafo 1º (VETADO)</i>	623
3 A questão do pagamento antecipado	623

Parágrafo 2º.....	626
4 Declaração competente o foro da sede da Administração.....	626
4.1 A questão da adoção da arbitragem nos contratos administrativos.....	628
Parágrafo 3º.....	631
5 Controle tributário.....	631
Artigo 56	632
1 A prestação de garantia pelo contratado.....	632
Parágrafo 1º.....	633
2 Modalidades de garantia.....	633
2.1 Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública.....	633
2.2 O seguro-garantia.....	635
2.3 Fiança bancária.....	635
2.4 Garantia de bens ou pessoas.....	635
Parágrafo 2º.....	636
3 Limites da garantia.....	636
Parágrafo 3º.....	636
4 Garantia para contratações de grande vulto.....	636
Parágrafo 4º.....	636
5 Devolução da garantia.....	636
Parágrafo 5º.....	637
6 Garantia nos contratos que importem na entrega de bens pela Administração.....	637
7 Garantia adicional.....	637
Artigo 57	638
1 A duração do contrato.....	639
Incisos I a V.....	640
2 Avaliação geral das regras de exceção referentes à duração do contrato.....	640
2.1 1ª Exceção – Projetos relacionados ao Plano Plurianual (inc. I).....	643
2.2 2ª Exceção – Serviços executados de forma contínua (inc. II).....	646
2.2.1 A questão da prorrogação do prazo de duração contratual.....	647
2.2.2 A questão de se prorrogar somente por iguais e sucessivos períodos.....	648
2.3 3ª Exceção – Aluguel de equipamentos e utilização de programas de informática (inc. III).....	649
2.4 4ª Exceção – Hipóteses de dispensas licitatórias (inc. V).....	651
Parágrafo 1º.....	652
3 Prorrogação de prazos.....	652
Inciso I.....	652
3.1 Alteração do projeto ou especificações pela Administração.....	652

<i>Inciso II</i>	652
3.2 Superveniência de fato excepcional ou imprevisível	652
<i>Inciso III</i>	653
3.3 Interrupção da execução ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem da Administração.....	653
<i>Inciso IV</i>	653
3.4 Aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato.....	653
<i>Inciso V</i>	654
3.5 Impedimento de execução por fato ou ato de terceiro	654
<i>Inciso VI</i>	654
3.6 Omissão ou atraso de providências a cargo da Administração	654
<i>Parágrafo 2º</i>	654
4 Justificativa obrigatória para a prorrogação	654
<i>Parágrafo 3º</i>	655
5 Contrato com prazo de vigência indeterminado	655
<i>Parágrafo 4º</i>	656
6 Prorrogação excepcional por mais 12 meses dos contratos continuados	656
Artigo 58	657
1 Prerrogativas conferidas à Administração Pública.....	657
<i>Inciso I</i>	658
1.1 Modificação unilateral do contrato administrativo	658
<i>Inciso II</i>	658
1.2 Rescisão unilateral do contrato administrativo.....	658
<i>Inciso III</i>	659
1.3 Fiscalização da execução do contrato administrativo.....	659
<i>Inciso IV</i>	659
1.4 Aplicação de penalidades pela inexecução do contrato administrativo	659
<i>Inciso V</i>	660
1.5 Ocupação provisória de instalações.....	660
<i>Parágrafo 1º</i>	660
2 Inalterabilidade das cláusulas econômico-financeiras e monetárias.....	660
<i>Parágrafo 2º</i>	661
3 Revisão das cláusulas econômico-financeiras no caso de modificação unilateral.....	661
Artigo 59	662
1 Declaração de nulidade do contrato administrativo.....	662

<i>Parágrafo único</i>	662
2 O dever de indenizar	662
Artigo 60	664
1 Formalização do contrato administrativo.....	664
<i>Parágrafo único</i>	665
2 Nulidade do contrato verbal	665
Artigo 61	668
1 Elementos do contrato	668
<i>Parágrafo único</i>	668
2 Eficácia do contrato	668
2.1 A execução de contratos sem eficácia	671
2.2 A responsabilidade da publicação do extrato do contrato.....	672
2.3 Publicação de extratos de termos aditivos	672
2.4 Publicação de extratos de contratos decorrentes de afastamentos licitatórios.....	673
2.5 A questão da ocorrência no prazo de 20 dias	674
Artigo 62	675
1 Obrigatoriedade de celebração de contrato.....	675
1.1 Os documentos substitutivos do contrato.....	675
<i>Parágrafo 1º</i>	676
2 Minuta do futuro contrato como parte integrante do ato convocatório da licitação	676
<i>Parágrafo 2º</i>	677
3 Inserção das cláusulas obrigatórias nos documentos substitutivos dos contratos.....	677
<i>Parágrafo 3º</i>	678
4 Aplicação das regras do Estatuto aos contratos de direito privado nos quais a Administração esteja envolvida.....	678
<i>Parágrafo 4º</i>	679
5 Outras possibilidades de dispensa da adoção de contrato	679
Artigo 63	680
1 O acesso assegurado a terceiros ao processo licitatório e ao contrato	680
Artigo 64	681
1 Convocação do vencedor da licitação (adjudicatário)	681
<i>Parágrafo 1º</i>	682
2 Prorrogação do prazo de contratação.....	682
<i>Parágrafo 2º</i>	682
3 Convocação de demais licitantes	682
<i>Parágrafo 3º</i>	683
4 Prazo de validade das propostas	683

Artigo 65	685
1 Alteração do contrato administrativo	686
2 Alteração unilateral (inc. I)	687
2.1 Alteração do projeto ou especificações	687
2.2 Alteração para acréscimo ou diminuição quantitativa	687
3 Alteração por acordo das partes (inc. II)	688
3.1 Substituição da garantia de execução contratual (alínea "a")	688
3.2 Modificação do regime de execução ou fornecimento (alínea "b")	688
3.3 Modificação da forma de pagamento (alínea "c")	689
3.4 Restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro (alínea "d")	689
Parágrafo 1º	690
4 Limitação dos acréscimos ou supressões a 25% e 50%	690
4.1 A questão da reforma de "edifícios"	692
Parágrafo 2º	692
5 Impossibilidade de os acréscimos ou supressões excederem os limites	692
5.1 A redução do objeto	692
5.2 A questão dos limites ao acréscimo qualitativo do objeto	693
Parágrafo 3º	694
6 A questão dos preços unitários	694
Parágrafo 4º	695
7 Indenização ao contratado	695
Parágrafo 5º	695
8 Reequilíbrio em função de tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos	695
Parágrafo 6º	696
9 Reequilíbrio em face de alteração unilateral que aumente os encargos do contratado	696
Parágrafo 8º	696
10 Hipóteses que permitem apostilamento	696
Artigo 66	697
1 Obrigatoriedade da fiel execução do contrato	697
Artigo 66-A e parágrafo 1º	698
1 Manutenção por parte das contratadas dos requisitos de acessibilidade	698
Artigo 67	699
1 A fiscalização do contrato	699
Parágrafo 1º	700
2 Tarefas e responsabilidades do fiscal	700
Parágrafo 2º	702
3 Decisões que ultrapassem a competência do fiscal	702

Artigo 68	703
1 A manutenção de preposto por parte da contratada	703
Artigo 69	705
1 Defeitos na execução do objeto	705
Artigo 70	707
1 Responsabilização do contratado por danos	707
Artigo 71	708
1 Responsabilidade pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais.....	708
<i>Parágrafo 1º</i>	708
2 Não transferência da responsabilidade para a Administração	708
2.1 A responsabilidade trabalhista.....	708
<i>Parágrafo 2º</i>	715
3 Responsabilidade previdenciária	715
Artigo 72	717
1 Subcontratação	717
1.1 A questão da “cessão do contrato”	718
1.2 Exigências para a subcontratação	719
2 Subcontratação compulsória de microempresas ou empresas de pequeno porte (inciso II do art. 48 da LC nº 123/2006).....	720
Artigo 73 e parágrafos 1º, 2º e 3º	722
1 Recebimento do objeto contratual	722
<i>Parágrafo 4º</i>	723
2 Inércia da Administração.....	723
Artigo 74 e incisos	726
1 Dispensa de recebimento provisório.....	726
<i>Parágrafo único</i>	726
2 A substituição por recibo	726
Artigo 75	728
1 Responsabilidade pela qualidade do objeto	728
Artigo 76	731
1 Rejeição da obra, serviço ou bem fornecido.....	731
Artigo 77	734
1 A inexecução do contrato e suas consequências	734
Artigo 78	735
1 A rescisão do contrato administrativo	736
2 As formas de rescisão	737
3 Motivos que ensejam a rescisão do contrato administrativo	737

3.1	Motivos para a rescisão por atos cometidos pelo contratado (incs. I a XI e XVIII)	738
3.1.1	Descumprimento de cláusulas contratuais (inc. I)	738
3.1.2	Cumprimento irregular (inc. II)	738
3.1.3	Lentidão na execução (inc. III)	738
3.1.4	Atraso para início da execução (inc. IV)	738
3.1.5	Paralisação da execução (inc. V)	739
3.1.6	Transferência parcial ou total do objeto (inc. VI)	739
3.1.7	Desatendimento de determinações regulares (inc. VII)	740
3.1.8	Cometimento reiterado de faltas (inc. VIII)	740
3.1.9	Decretação de falência ou insolvência (inc. IX)	740
3.1.10	Dissolução da sociedade ou falecimento do contratado (inc. X)	742
3.1.11	Alteração social ou modificação da empresa (inc. XI)	743
3.1.12	Não atendimento ao prescrito no inc. V do art. 27 (inc. XVIII)	744
4	Rescisão em face de atos da Administração (incs. XIII a XVI)	744
4.1	Supressão de parte do objeto por ordem da Administração (inc. XIII)	744
4.2	Suspensão da execução contratual (inc. XIV)	745
4.3	Atraso no pagamento (inc. XV)	745
4.4	Não liberação de área (inc. XVI)	746
5	Rescisão por causas exteriores (inc. XVII)	746
6	Razões de interesse público (inc. XII)	746
	<i>Parágrafo único</i>	747
7	Garantia de ampla defesa e contraditório nos casos de rescisão	747
	Artigo 79	749
1	Modalidades de rescisão do contrato administrativo	749
	<i>Inciso I</i>	750
2	Rescisão unilateral	750
	<i>Inciso II</i>	750
3	Rescisão amigável	750
	<i>Inciso III</i>	751
4	Rescisão judicial	751
	<i>Parágrafo 1º</i>	751
5	Autorização da autoridade competente	751
	<i>Parágrafo 2º</i>	751
6	Indenização ao contratado	751
	<i>Parágrafo 5º</i>	752
7	Impedimento, paralisação ou sustação do contrato	752
	Artigo 80	753
1	Consequências da rescisão	753
	<i>Parágrafos 1º e 3º</i>	754
2	Afastamento da solução de continuidade	754

<i>Parágrafo 2º</i>	754
3 Recuperação judicial e extrajudicial	754
<i>Parágrafo 4º</i>	755
4 Regra sem aplicação.....	755
Artigo 81	756
1 Recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato	756
<i>Parágrafo único</i>	757
2 Não aplicação aos demais licitantes convocados.....	757
Artigo 82	759
1 Alargamento das sanções.....	759
Artigos 83 e 84, caput e §1º	760
1 Disciplina penal para os servidores públicos	760
<i>Parágrafo 2º do artigo 84</i>	761
2 Aumento da pena para servidores ocupantes de funções qualificadas	761
Artigo 85	762
1 Âmbito da matéria penal.....	762
Artigo 86	763
1 Sanções administrativas.....	763
1.1 Multa de mora	765
<i>Parágrafo 1º</i>	765
2 Rescisão e aplicação de outras sanções	765
<i>Parágrafo 2º</i>	765
3 Regular processo administrativo	765
<i>Parágrafo 3º</i>	766
4 Valor superior ao da garantia oferecida.....	766
5 A disciplina da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção)	766
Artigo 87	772
1 Sanções administrativas pela inexecução total ou parcial do contrato	772
<i>Inciso I</i>	773
1.1 Advertência	773
<i>Inciso II</i>	773
1.2 Multa compensatória	773
<i>Incisos III e IV</i>	773
1.3 Suspensão de participação em licitação e declaração de inidoneidade	773
<i>Parágrafo 1º</i>	776
2 Multa superior ao valor da garantia	776

<i>Parágrafo 2º</i>	777
3 Aplicação cumulativa de sanções	777
<i>Parágrafo 3º</i>	777
4 Sanção de competência exclusiva aos Ministro de Estado e Secretários Estadual ou Municipal.....	777
Artigo 88	778
1 Aplicação das sanções em face de outras condutas.....	778
Artigo 89	779
1 Dos crimes e das penas.....	779
<i>Parágrafo único</i>	780
2 Dispensar ou inexigir licitação fora das hipóteses previstas em lei	780
Artigo 90	783
1 Frustrar ou fraudar o caráter competitivo da licitação	783
Artigo 91	784
1 Patrocinar interesse privado perante a Administração	784
Artigo 92 e parágrafo único	785
1 Permitir qualquer modificação ou vantagem em favor do adjudicatário	785
Artigo 93	786
1 Impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato licitatório	786
Artigo 94	787
1 Devassar o sigilo de proposta	787
Artigo 95 e parágrafo único	788
1 Afastar ou procurar afastar licitante usando violência ou oferecendo vantagem.....	788
Artigo 96	789
1 Fraudar licitação em prejuízo da Fazenda Pública.....	789
Artigo 97 e parágrafo único	790
1 Admitir a licitação ou celebrar contrato com inidôneo.....	790
Artigo 98	791
1 Impedir a inscrição nos registros cadastrais	791
Artigo 99 e parágrafos	792
1 A pena de multa.....	792
Artigo 100	793
1 Ação penal pública incondicionada	793
Artigo 101 e parágrafo único	794
1 Provocação ao Ministério Público (MP)	794

Artigo 102	794
1 Remessa ao Ministério Público por magistrados ou por titulares de órgão de controle interno.....	794
Artigo 103	795
1 Ação penal privada subsidiária da pública	795
Artigos 104, 105, 106 e 107	796
1 Procedimento no processo penal nos crimes licitatórios.....	796
Artigo 108	798
1 Aplicação subsidiária do CPP e da LEP	798
Artigo 109	799
1 O direito de petição	800
<i>Inciso I e parágrafo 1º</i>	801
1.1 Recurso administrativo	801
<i>Inciso II</i>	802
1.2 Representação	802
<i>Inciso III</i>	802
1.3 Reconsideração.....	802
<i>Parágrafo 2º</i>	803
2 Efeito suspensivo	803
<i>Parágrafo 3º</i>	803
3 Comunicação aos demais licitantes.....	803
<i>Parágrafo 4º</i>	804
4 Trâmite do recurso.....	804
<i>Parágrafo 5º</i>	806
5 Início da contagem de prazo	806
<i>Parágrafo 6º</i>	807
6 Recursos nas licitações da modalidade convite.....	807
Artigo 110 e parágrafo único	808
1 Contagem de prazo.....	808
Artigo 111	809
1 Cessão de direitos patrimoniais de obras imateriais	809
<i>Parágrafo único</i>	810
2 Obra imaterial de caráter tecnológico	810
Artigo 112	812
1 Interesse de mais de um ente público: a licitação compartilhada	812

<i>Parágrafo 1º</i>	812
2 Consórcios públicos	812
<i>Parágrafo 2º</i>	814
3 Acompanhamento da licitação	814
Artigo 113	816
1 O controle das despesas decorrentes de contratos	816
1.1 O controle interno	816
1.2 O controle externo	818
<i>Parágrafo 1º</i>	820
2 Representação ao Tribunal de Contas ou aos órgãos de controle interno	820
<i>Parágrafo 2º</i>	820
3 Atuação dos Tribunais de Contas	820
Artigo 114	822
1 Pré-qualificação	822
<i>Parágrafos 1º e 2º</i>	822
1.1 Execução da pré-qualificação	822
Artigo 115 e parágrafo único	825
1 Normas operacionais sobre licitações	825
1.1 Os programas de <i>compliance</i>	825
Artigo 116	827
1 Aplicação das regras do Estatuto aos convênios administrativos	828
<i>Parágrafo 1º</i>	829
1.1 Plano de trabalho	829
<i>Parágrafo 2º</i>	830
1.2 Ciência à Assembleia Legislativa ou à Câmara Municipal	830
<i>Parágrafo 3º</i>	831
1.3 Exceções à regra	831
<i>Parágrafo 4º</i>	831
1.4 Saldos de convênio	831
<i>Parágrafo 5º</i>	832
1.5 Receitas financeiras	832
<i>Parágrafo 6º</i>	832
1.6 Saldos financeiros remanescentes	832
2 Aplicação subsidiária do Estatuto aos convênios de natureza financeira	832
2.1 Novas regras sobre acordos de transferências de recursos públicos	833
Artigo 117	835
1 Abrangência do Estatuto	835

Artigo 118.....	836
1 Adaptação das normas licitatórias dos Estados, Municípios, DF e entidades	836
Artigo 119.....	837
1 As normas licitatórias das entidades da Administração indireta.....	837
Artigo 120.....	841
1 Revisão dos valores.....	841
Artigo 121	842
1 Conflito intertemporal.....	842
<i>Parágrafo único.....</i>	843
2 Contratos de imóveis do patrimônio da União e os relativos a operações de crédito	843
Artigo 122.....	844
1 Concessões de linhas aéreas	844
Artigo 123.....	845
1 Licitações e contratações no exterior	845
Artigo 124.....	850
1 Licitações e contratos de permissão ou concessão de serviços públicos	850
Artigos 125 e 126.....	851
1 Vigência e revogações.....	851
REFERÊNCIAS.....	853